



ACÓRDÃO Nº 45/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11806/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Claudemir José Andrade (Ordenador de Despesa), Marcellus José Barroso Campêlo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 241/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Unidade Gestora de Projetos Especiais–UGPE. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Quitação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da **Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE)**, referente ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Marcellus Jose Barroso Campêlo**, Ordenador de Despesa no período de 01/01/2017 a 05/10/2017, e **Sr. Claudemir José Andrade**, Coordenador Executivo, Ordenador e Gestor no período de 06/10/2017 a 31/12/2017, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Determinar à Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE) que se abstenha de efetuar procedimentos de indenização e que haja com primor nos procedimentos que diferenciam a Despesa de Exercícios



ACÓRDÃO Nº 45/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Anteriores e Termo de Ajuste de Contas, pois a documentação acostada define os procedimentos contábeis, sendo DEA (Despesa de Exercícios Anteriores) contabiliza-se na 449092 e quando é TAC (Termo de Ajuste de Contas) se faz no lançamento 449093, como Despesas Indenizatórias., a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM;

10.3. Dar quitação ao Sr. Claudemir José Andrade e ao Sr. Marcellus José Barroso Campêlo, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Dar ciência ao Sr. Claudemir José Andrade e ao Sr. Marcellus José Barroso Barrêto dos termos do julgado;

10.5. Arquivar os presentes autos, após o cumprimento das devidas formalidades legais.

11- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Fevereiro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado), e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral, em substituição